

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1-ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

Educação Ambiental, Representações Socioculturais e Conservação de Espécies Ameaçadas em meio insular africano

Brígida Rocha Brito¹ (Investigadora, Coordenadora de Projecto de Investigação, Centro de Estudos Africanos/ISCTE)

I. Contextualização

O trabalho enquadra-se no âmbito da investigação de Pós Doutoramento em curso no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES) sobre o tema da Educação Ambiental e Mudança Social Comunitária numa perspectiva de sustentabilidade.

Nas regiões insulares africanas que têm sido estudadas, a saber os Arquipélagos dos Bijagós na Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, a preservação ambiental com conservação de espécies apresenta traços diferenciadores, sendo portanto variável nos resultados, mas tem sido, ao longo do tempo, marcada pela informalidade, estando fortemente dependente da consciência comunitária, social e valorativa criada e reproduzida, pelo que apoiada por Organizações da Sociedade Civil.

Ao longo de toda a investigação, o nível de análise privilegiado tem sido o local, procedendo-se à identificação de acções promotoras de envolvimento comunitário. A metodologia adoptada por todas as iniciativas em curso analisadas é favorável à intervenção social, estando centrada no planeamento, na implementação e na prossecução de programas educativos e de sensibilização com o objectivo de criar uma relação integrada com o Ambiente, ou seja favorável à preservação de áreas protegidas e à conservação de espécies.

A investigação tem-se fundamentado no princípio de que as acções pedagógicas vocacionadas para a protecção do Ambiente, prosseguidas junto das comunidades locais, implicam o envolvimento efectivo de alguns grupos comunitários de forma a que sejam produzidos efeitos reais de preservação ambiental em meio florestal e costeiro, mas também de protecção e de conservação de espécies, em particular com estatuto de ameaçadas ou em risco.

Todas as regiões estudadas apresentam alguns traços caracterizadores comuns, entre os quais: a localização geográfica e a referenciação a partir do Oceano Atlântico; as características de insularidade arquipelágica; a distância e o isolamento; as influências culturais

¹ Pós Doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia sob o tema "Desenvolvimento Local Sustentável em contexto insular africano: da Educação Ambiental à Mudança Social Comunitária" (CEA/ISCTE) coordenado pelo Professor Doutor Luis Moita.

resultantes de um passado histórico comum com a emergência de comunidades miscigenadas e crioulas; a existência de Áreas Naturais Protegidas classificadas como Parque Natural, Reserva ou Zona Ecológica, dotadas de biodiversidade de espécies, sendo umas comuns e outras endémicas; a complementaridade entre as acções de preservação ambiental e o incremento do Turismo de Natureza vocacionado para a observação, contemplação e aprofundamento do conhecimento pela experiência; a existência de comunidades locais caracterizadas por culturas específicas, que ancestralmente estabelecem contacto directo e diário com os meios naturais onde estão fixadas, deles dependendo.

Contudo, apesar da rápida identificação das características comuns, as três regiões em análise apresentam alguns traços de especificidade que as diferenciam em função das particularidades regionais e geográficas, ou seja de se tratar de uma região insular de um Estado continental ou de um Estado Insular.

Os factores que influenciam e condicionam cada um dos casos estudados são diversos e estão descritos pela literatura científica de referência, podendo exemplificar-se: o percurso histórico; as características físicas de cada arquipélago; os mecanismos de enquadramento e de regulação legal dos recursos ambientais; o envolvimento institucional e a capacidade de intervenção das Organizações da Sociedade Civil na criação, na implementação, na prossecução e na avaliação de programas de acção socioambientais; as características comunitárias, bem como a forma de organização social e étnica; os elementos simbólicos e culturais que conferem identidade às comunidades; as práticas e as manifestações socioculturais; as representações sociais atribuídas à flora e à fauna e que se traduzem nas diversas formas que a relação entre as comunidades e o Ambiente revestem.

2. Factores Culturais e Representações Sociais

Nas três regiões insulares em estudo, a pressão exercida pelas comunidades sobre o Ambiente é então caracterizada de forma diferenciada, sendo as acções humanas diferentemente enquadradas, orientadas e reguladas, mas igualmente marcadas pela desinformação, gerando desequilíbrios vários que põem em risco a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das populações locais.

O problema evidenciado no que respeita às áreas naturais é particularmente agravado sempre que se fala em protecção de espécies, já que estas são vulgarmente entendidas de forma secundarizada pelos grupos comunitários. Por viverem fortemente dependentes dos recursos ambientais, as populações insulares africanas reconhecem-lhes principalmente um valor utilitarista, privilegiando toda e qualquer estratégia de sobrevivência e sobrepondo a valorização do rendimento familiar relativamente ao Ambiente. Os modos de vida ancestrais, estreitamente ligados aos recursos naturais para assegurar a sobrevi-

vência (economia caracteristicamente recolectora) e a manutenção familiar, têm assim continuidade eternizando-se e agravando a pressão exercida. Desta forma, a relação entre as comunidades locais e o Ambiente tem sido influenciada por hábitos e outros elementos culturais ancestralmente enraizados, transmitidos de geração em geração, reforçados por sistemas simbólicos e práticas socioculturais que inclusivamente, em determinadas situações, podem revestir um carácter ritual (Bijagós, por exemplo).

Em alguns grupos comunitários, nomeadamente os que mantêm formas de organização social tradicionais e marcadas pela antiguidade, o costume e a tradição oral representam formas significativas de transmissão de conhecimentos e de reprodução social. Para estas comunidades, a exploração de recursos naturais, a captura de espécies, o consumo, a transformação e a comercialização reflectem o efeito conjugado dos hábitos culturais antigos com as estratégias socioeconómicas. Este é um caso que pode ser exemplificado com a situação da captura, do consumo, da venda e da transformação de tartaruga marinha, ovos e carapaça em São Tomé e Príncipe.

Em muitas circunstâncias, a complementaridade entre a sobrevivência e as características da cultura tradicional é acentuada pelo desconhecimento acerca de formas alternativas de produção e de consumo que favorecem o estabelecimento de uma nova relação com o meio natural. Esta situação resulta da inexistência de programas oficiais e formais alargados de informação, sensibilização e principalmente de formação, mas também da insuficiente abrangência dos programas pedagógicos sobre a problemática ambiental, promovidos pelas Organizações da Sociedade Civil.

Em qualquer uma das regiões analisadas até ao presente, as acções de sensibilização, formação, preservação de espaços e protecção de espécies programadas e implementadas têm sido caracterizadas por uma margem de incerteza, no que respeita tanto à continuidade como aos resultados efectivos.

Os valores socioculturais que fundamentam a criação de representações sociais, que auxiliam na identificação, caracterização e justificação de atitudes comportamentais de conservação, ou pelo contrário de consumo intensificado contribuindo para o agravamento das ameaças, adquirem importância. A tradição oral e o costume têm-se revelado como importantes instrumentos de reforço das identidades comunitárias, assegurando a transmissão dos conhecimentos ancestrais, das formas de produção, dos saberes sobre a utilização de recursos ambientais e da reprodução de práticas sociais.

3. Criação de Sociedades Sustentáveis

Com base na análise da literatura de referência foi equacionado o conceito de sociedade sustentável, apresentado e discutido entre outros autores por Diegues (1996) e Pedrini

(2006). A pertinência do conceito no âmbito deste estudo é justificada pela equação entre a possibilidade de coexistência de uma multiplicidade de modelos de organização social e os diferentes contextos de enquadramento em que os grupos comunitários estabelecem contactos equilibrados e planeados com o Ambiente, respeitando-o, por reconhecerem o seu valor intrínseco.

O elemento essencial que diferencia o conceito de sociedades sustentáveis, particularizando-o, consiste na dimensão de responsabilização social atribuída e reconhecida às comunidades. Aos membros das populações locais é inculcido e transmitido um sentido de responsabilização a favor da harmonia e do equilíbrio social, que se traduz no sentimento de pertença e de inclusão. Toda a comunidade é responsabilizada pelo bem-estar comum e pela convivência equilibrada de âmbito social, económico e ambiental, o que pressupõe ainda a emergência de uma dimensão ética e tendente à Paz social.

É reconhecida a ideia de que a vida comunitária, particularmente em contexto insular africano, depende da relação estabelecida entre o Homem e o Ambiente, e a preocupação em assegurar a continuidade é naturalmente evidenciada neste tipo de abordagem. A harmonia socioambiental é caracterizada pelo respeito e pelo equilíbrio entre o Homem e a Natureza, fundamentados em princípios de justiça e de equidade, sobretudo perspectivados nas dimensões temporais de presente e de futuro, evidenciando assim uma clara preocupação com a sustentabilidade.

Os grupos comunitários são definidos como sociedades responsáveis (Sauvé, 2005) por serem, e se sentirem, responsabilizados pela criação de uma óptima relação com os espaços naturais, incluindo as áreas protegidas e as fragilizadas, dos quais dependem no quotidiano, e com os quais criam interdependências. Com base na operacionalização do conceito de sociedades responsáveis, as acções de criação, implementação, prossecução e avaliação de programas de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis, habitualmente abreviados como EASS (Pedrini, 2006), são justificadas. Através do seguimento das metodologias de Educação Ambiental, o património natural adquire um valor intrínseco, que é reconhecido pelos grupos comunitários que o utilizam, deixando assim os recursos ambientais de ser entendidos apenas com uma conotação utilitarista. A responsabilização social passa a ser cada vez mais valorizada pelas populações locais, já que todos se sentem, e são, responsáveis pela manutenção do equilíbrio no presente, tendo por objectivo o futuro.

O envolvimento das populações locais nas acções de preservação ambiental e de conservação pressupõe o desenvolvimento de um conjunto de actividades, entre as quais a definição e a elaboração de diagnósticos criteriosos, exaustivos e rigorosos, com identificação dos principais problemas sentidos em cada região, a preparação em conjunto de programas de acção com identificação de faseamento cronológico, o acerto de me-

metodologias adequadas às necessidades, às características dos grupos e aos objectivos que se pretende alcançar. Assim, as sociedades sustentáveis e, por conseguinte, responsáveis caracterizam-se por um conjunto de traços (Guimarães, 2003), entre os quais se podem destacar os seguintes:

1. o respeito e o cuidado com as comunidades humanas para a prossecução de acções tendentes à melhoria das condições de vida, pressupondo o cumprimento do princípio da qualidade;
2. a conservação da biodiversidade e a redução do problema da esgotabilidade dos recursos não renováveis;
3. a adaptação das atitudes e dos comportamentos marcados pela ancestralidade que não estejam adequados à preservação da Natureza, conciliando as novas necessidades e criando condições para que as comunidades locais possam gerir os seus recursos com autonomia a partir da valorização dos princípios de integração;
4. o incentivo à integração entre o desenvolvimento socioeconómico e a conservação da Natureza, implicando a criação de alternativas para as actividades tradicionais consideradas agressoras do Ambiente,
5. a preocupação com a construção de uma aliança global fundamentada na criação de redes de parceiros e de interlocutores de âmbito local, regional, nacional e internacional, em que são identificados e reconhecidos como comuns um conjunto de preocupações, objectivos e metodologias a implementar.

4. Grupos Categoriais

Independentemente do contexto, dado tratar-se de comunidades que evidenciam uma estreita dependência do Ambiente, incluindo em contexto de área protegida, os programas de Educação Ambiental que potenciam acções de preservação de espaços e de conservação de espécies são valorizados apesar de se caracterizarem pela informalidade.

Os grupos-alvo são as próprias comunidades locais abrangidas e envolvidas nas campanhas de sensibilização, de formação genérica, técnica e específica, de criação de emprego e de diversificação dos postos de trabalho com incentivo para o auto-emprego. Esta opção estratégica aparenta um duplo objectivo: por um lado, a promoção da alteração dos hábitos e das práticas socioculturais depredadoras, agressoras e poluentes, favorecendo a preservação ambiental e a protecção de espécies; por outro lado, a fixação das populações evitando a desertificação e reduzindo os efeitos do envelhecimento populacional sentido de forma agravada em algumas regiões. Os grupos privilegiados podem ser classificados em categorias, às quais são identificadas e reconhecidas áreas prioritárias de intervenção, com acções associadas e em curso. Assim, podem ser agrupadas a partir de três dos eixos

da Educação Ambiental: a sensibilização; a informação; a formação. Independentemente das áreas regionais, as linhas de intervenção identificadas consistem na necessidade de preservar espaços comuns, mas também de conservar espécies ameaçadas e de proceder à limpeza de áreas urbanas, rurais e costeiras. Em qualquer uma das linhas e das áreas de intervenção, a metodologia prosseguida tem sido fundamentada na readaptação dos princípios valorativos e das representações sociais com o objectivo de criar uma nova relação, consciente e responsabilizada, entre as comunidades e o Ambiente.

Assim, foram identificados quatro grupos categoriais principais e comuns, a saber:

- a) O Líder Comunitário, cujos traços de personalidade são identificados, descritos e reconhecidos pela maioria dos membros da comunidade local como qualidades, sendo o seu comportamento vulgarmente definido como exemplar. Nesta categoria, a liderança pode ser evidenciada como formal ou informal, mas é sempre respeitada, sendo frequentemente procurado para aconselhamento em situações críticas da vida comunitária, bem como em necessidade de interpelação dos poderes públicos. Neste grupo enquadram-se homens com idades iguais ou superiores a 50 anos;
- b) O Explorador de Recursos Naturais, que tanto pode ser caçador como pescador, cortador de madeira ou desempenhar outra actividade socioeconómica que requeira a utilização directa da Natureza, sem que exista preocupação exteriorizada com o cumprimento de um plano global de controle e de preservação. Aos indivíduos que se enquadram nesta categoria é reconhecido um papel fundamental para a vida familiar e comunitária já que são estes que em parte contribuem para a aquisição de recursos, fomentando a dinamização da economia local. Contudo, são os responsáveis directos pela promoção e pelo agravamento dos desequilíbrios ambientais, aumentando os riscos no que respeita à continuidade de espécies ameaçadas. Nesta categoria enquadram-se maioritariamente homens com idades variáveis entre os 25 e os 50 anos;
- c) A Vendedora, que trabalha em mercados locais (e à qual são atribuídos nomes diversos em função das regiões consideradas, tais como *palaiê*, em São Tomé e Príncipe, ou *bideira*, na Guiné-Bissau), onde a actividade profissional é marcada pela informalidade. A função da vendedora é entendida pelas populações locais como fundamental para a vida comunitária já que estabelece a ligação entre as actividades produtivas e extractivas de base e o consumo. Nesta categoria enquadram-se maioritariamente mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos;
- d) O Jovem, que frequenta a escola ou as acções de sensibilização e de monitorização promovidas pelas Organizações Não Governamentais locais através de programas

específicos. Nesta categoria enquadram-se adolescentes e jovens de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos.

5. Áreas de Intervenção

Tal como para os grupos tipológicos, do ponto de vista analítico, considerou-se uma grelha classificatória de situações que requerem intervenção e que são também comuns a todas as regiões. A saber: a preservação de espaços naturais comuns, incluindo as áreas protegidas; a conservação de espécies, principalmente endémicas e com estatuto de ameaçadas; a limpeza de áreas urbanas, rurais e costeiras. Assim:

1. Preservação de espaços naturais comuns, particularizando-se as áreas protegidas, florestais, costeiras e marinhas que, independentemente das regiões estudadas e em determinadas áreas consideradas, se confrontam com um desequilíbrio na relação entre o Homem e o Ambiente.

Da observação, recolha de dados de natureza qualitativa e consequente análise, tem-se destacado a ideia de que, independentemente de se tratar de uma área protegida, a Natureza é entendida a partir de uma dimensão utilitarista visto que o valor intrínseco que a natureza encerra é secundarizado. Dado que nos contextos insulares observados até ao presente o Ambiente é dotado de alguns recursos abundantes e renováveis, a percepção comunitária traduz um entendimento de não esgotabilidade e de alarmismo por parte das entidades promotoras das acções, nem sempre sendo bem acolhidas. Por outro lado, a ligação entre o Homem e o Território é directa e intensa, sendo a estratégia económica de base familiar fundamentada em actividades de recolheção e de captura directa de recursos. A Educação Ambiental passa assim a ser entendida como um desafio acrescido.

A tomada de consciência, a identificação das necessidades e a definição da estratégia de acção para a criação de uma relação equilibrada e respeitadora entre o Homem e a Natureza implica compreender quais as representações sociais que as comunidades têm dos recursos considerados, sejam paisagísticos, de fauna ou de flora. Para a maioria das comunidades contactadas, a representação social dos recursos ambientais centra-se na percepção do usufruto e na dimensão económica tradicionalmente reconhecida, fundamentada na equação entre a escassa disponibilidade de recursos e a existência de múltiplas necessidades.

A exploração abusiva dos elementos naturais é habitualmente entendida pelas comunidades locais como um meio de garantir, com alguma segurança, a sobrevivência das famílias, não se verificando uma preocupação imediata e directa com a produção de efeitos, positivos ou negativos, para o Ambiente, também revestindo menor importância a perspectiva do longo prazo. Dada a forte dependência das comunidades em relação ao meio, que é naturalmente diferenciada em função das regiões, os valores implícitos ao

conceito de sustentabilidade nem sempre são exteriorizados. Os dados recolhidos e analisados indicam que a maioria das populações equaciona e valoriza o presente, sentindo-se condicionada por um passado marcado pela tradição, variável do ponto de vista temporal, sem considerar o futuro como uma realidade, por não ser de fácil materialização.

Com excepção do caso dos Bijagós na Guiné-Bissau, a ideia da preservação de espaços ambientais, incluindo protegidos, aparece explicitada muitas vezes como uma contrariedade. Na Guiné-Bissau, em particular nos Bijagós, e de forma concreta no Parque Natural Marinho de João Vieira e Poilão, é comum a existência de espaços sagrados, tais como fontes, árvores, matos e rios. O atributo da sacralidade confere, de forma natural e espontânea, a estes espaços e recursos, um estatuto de impossibilidade no uso já que são definidos como intocáveis por encerrarem uma dimensão divina, superior e sobre-humana. Em resultado da representação social que lhes é atribuída, ancestralmente reconhecida e transmitida de geração em geração pela tradição oral e pelo costume, a conservação de áreas ou de recursos adquire um carácter involuntário e inconsciente. Este caso pode ser exemplificado com a tartaruga marinha em João Vieira, com o hipopótamo em Orango ou com o tubarão na Ilha Formosa.

A ideia de que as acções de preservação podem significar contrariedades para a vida quotidiana das comunidades locais, nomeadamente no caso de São Tomé e Príncipe, decorre da identificação e do reconhecimento de que existem limites pré-estabelecidos para a utilização ou usufruto dos recursos que aparentemente o Ambiente oferece de forma natural, espontânea, abundante e sobretudo gratuita. Esta percepção pode traduzir-se e resultar no surgimento de resistências para o envolvimento comunitário em acções de sensibilização com preservação de espaços naturais comuns e conservação de espécies.

A resistência em relação ao envolvimento em acções temáticas e sectoriais de preservação, com reconhecimento do limite, é mais evidenciada nas comunidades santomenses do que em qualquer outra região estudada. Devido aos traços ambientais característicos marcados pela riqueza, diversidade, densidade, abundância e endemismo, em São Tomé e Príncipe, a percepção de que existem habitats ameaçados, mesmo que dotados de espécies de fauna e de flora endémicas, com possibilidade de esgotabilidade não é habitual e muito menos generalizada. A percepção comunitária é exactamente a oposta, traduzindo-se em ideias de diversidade, riqueza e sobretudo abundância.

2. Conservação de espécies com estatuto de ameaçadas e em risco a nível internacional, oficialmente reconhecido no *Red Book* da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Entre as espécies que sofrem as ameaças e se confrontam com o risco de esgotabilidade, comuns às três regiões em estudo, destacam-se, em meio marinho, a tartaruga e os

cetáceos (golfinhos e baleias). Em todos os casos analisados até ao presente, com excepção do Parque Natural Marinho de João Vieira e Poilão nos Bijagós, a principal causa dos riscos de esgotabilidade consiste na excessiva captura, maioritariamente intencional no caso da tartaruga marinha e acidental nos cetáceos.

A tartaruga marinha é uma das espécies mais ameaçadas já que, além da possibilidade de consumo directo por parte das famílias, representa uma fonte de rendimento imediato, como resultado da venda de carne e de ovos em mercados locais, e de médio prazo, pela possibilidade de transformação da carapaça e comercialização de artesanato. No caso dos cetáceos, a maioria tem resultado de capturas acidentais com abandono posterior, acabando os indivíduos por perecer nas praias após darem à costa feridos. Contudo, nos últimos dois anos têm-se registado ocorrências de suicídio colectivo de cetáceos, em particular no arquipélago cabo-verdiano, sem justificação aparente, colocando-se a hipótese de se tratar de grupos que sofreram desorientação. Este facto pode ser explicado pela intensidade e potência dos motores de barcos de pesca e diversas embarcações de recreio.

Em meio terrestre, a situação apresenta algumas diferenças, já que não existe identificação das mesmas espécies nos três territórios considerados. As espécies ameaçadas e em risco distinguem-se em função das regiões, podendo destacar-se que, no conjunto, as mais significativas são as aves, incluindo migratórias e marinhas, os símios e o hipopótamo. Nestes casos, as causas que provocam o estado de ameaça e de risco são também diferenciadas e específicas para as espécies predominantes em cada uma das regiões analisadas.

As aves sofrem as ameaças da captura para consumo e comercialização, podendo exemplificar-se neste último caso com a situação do Papagaio Cinzento Africano em São Tomé e Príncipe (*Psittacus erithacus*) que tem sido alvo de capturas não controladas destinadas à exportação ilegal. As aves migratórias e marítimas são também alvo de ameaças várias, tanto naturais como humanas, mesmo que não se coloque a questão do consumo e da comercialização. Neste caso, são frequentes as ocorrências de abates não controlados sempre que espécies avícolas interferem com os níveis de produção agrícola de uma colheita, por exemplo como ocorre frequentemente na Guiné-Bissau.

Os símios são espécies naturalmente pouco comuns em meio insular, apesar de existirem em São Tomé e Príncipe. São sobretudo capturados por caçadores locais, que procedem ao abate com o objectivo do consumo doméstico, por serem entendidos como uma fonte nutricional importante para as famílias e um recurso alternativo a outros alimentos que impliquem contrapartidas financeiras.

O risco de esgotabilidade do hipopótamo em meio insular, que é uma espécie espontaneamente ameaçada pelo reduzido número de indivíduos que actualmente constituem os grupos, é naturalmente elevado. Neste caso, não se regista influência directa significa-

tiva da acção humana, já que a espécie não é utilizada para consumo. Paralelamente, a representação social da espécie indica que, ao contrário das situações anteriores, a tendência é para a preservação. Assim, a espécie encerra uma representação cultural de contornos religiosos, resultando no desenvolvimento de acções tradicionais fundamentadas no respeito e na veneração que resultam em medidas involuntárias de conservação. Este último exemplo regista-se apenas no arquipélago dos Bijagós e, tal como sucede com a tartaruga marinha, nesta região é objecto de adoração e considerado um habitante de lugares sagrados, cuja crença impede a captura, a morte e o consumo. As representações sociais destes animais traduzem o reconhecimento de atributos de protecção sagrada, o que favorece a promoção local de acções educativas junto das populações residentes.

Do ponto de vista cultural é, muitas vezes, reconhecido às espécies ameaçadas um atributo de sacralidade e de protecção para toda a comunidade, transformando-as em objecto de culto. A influência da cultura tradicional, materializada no desenvolvimento de práticas rituais fundamentadas em sistemas simbólicos enraizados, tem-se revelado determinante na continuidade das acções de conservação espontânea.

A primeira conclusão a que a investigação tem conduzido é de que a percepção das populações locais em relação à maioria das espécies não é idêntica para os grupos comunitários das diferentes regiões analisadas, dependendo de vários factores, entre os quais os traços culturais tradicionais e dominantes. Contudo, a maioria das acções de conservação em meio insular africano requer a intervenção de diferentes tipos de actores socioeconómicos e políticos, através da criação e da prossecução de programas específicos.

Ao contrário do que sucede, por exemplo com a tartaruga e o hipopótamo dos Bijagós, em determinadas ilhas dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, percebe-se a existência de uma representação social utilitarista de algumas espécies. Esta situação resulta do entendimento de que no Ambiente existe a possibilidade de satisfazer necessidades imediatas de consumo associadas à rentabilização financeira da actividade de alguns grupos socioprofissionais. Nestas ilhas, as tartarugas marinhas são consideradas pelos grupos comunitários como uma importante fonte nutricional e de rendimento económico. Ressalta ainda uma falsa consciência, resultado de desinformação, de que, por continuar a aparecer nas praias e nas águas territoriais, a espécie é abundante em número de indivíduos e inesgotável, sendo as acções de conservação entendidas como factores de alarme desadequado e excessivo.

Os programas de Educação Ambiental de vocação conservacionista têm proliferado em qualquer uma das regiões estudadas, apesar de não evidenciarem uma tendência de permanência e um carácter de regularidade. De acordo com a informação recolhida na missão exploratória, em Cabo Verde, em particular nas ilhas de Sal, Boavista, Santiago e

São Vicente, têm sido planeadas acções de Educação Ambiental sob o tema da conservação da tartaruga marinha, apoiadas por programas ministeriais (Ministério do Ambiente) e por organizações internacionais (UE e UICN), sendo maioritariamente prosseguidos por Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA). Estas acções são complementadas por sensibilização comunitária com divulgação de informações e prossecução de formação específica, sem esquecer a intervenção no terreno de carácter multisectorial. Assim, tem-se procedido ao envolvimento de grupos comunitários considerados sensíveis com o objectivo de proceder ao patrulhamento de praias e áreas costeiras com vigilância a pescadores, monitorização de tartarugas marinhas em período de desova e nidificação (contagem, medição, colocação de sensores para seguimento via satélite), transferência de ovos para centros de incubação artificial e controle de eclosões.

Em São Tomé e Príncipe, as acções de Educação Ambiental têm sido propostas e desenvolvidas por organizações internacionais e da sociedade civil, nomeadamente ONGA (MARAPA, Associação Monte Pico, Clube das Nações) com grupos comunitários (Morro Peixe, Malanza, Porto Alegre), evidenciando-se uma tendência actual para um envolvimento de órgãos públicos (Direcção-Geral do Ambiente). A metodologia de trabalho evidenciada pode classificar-se de artesanal, já que as técnicas disponíveis para o patrulhamento das áreas costeiras e balneares e monitorização de espécies são mais rudimentares do que as utilizadas em Cabo Verde. Os dados recolhidos até presente na missão exploratória em São Tomé e Príncipe indicam que o envolvimento dos grupos comunitários tem-se revelado pontual apresentando resultados diferenciados, destacando-se como experiências bem sucedidas as localidades de Morro Peixe, com a criação de Centros de Incubação Artificial e do Ecomuseu Casa Tatô, onde está a ser desenvolvido um projecto ecoturístico de vocação conservacionista, o Jalé Ecolodge e um “Centro de Incubação Artificial”.

No arquipélago dos Bijagós na Guiné-Bissau, a actuação das ONGD e das ONGA tem-se revelado determinante no sentido de regular a relação entre as comunidades e o Ambiente, nomeadamente no que respeita à gestão dos recursos naturais e das áreas protegidas. Em paralelo, os órgãos públicos, como é o caso do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), na dependência do Ministério da Agricultura, têm estabelecido uma relação de colaboração com as organizações da sociedade civil com intervenção no terreno (Tiniguena, Nantynian, Palmeirinha e Acção para o Desenvolvimento) e de parceria com organizações internacionais de conservação (UICN).

3. Limpeza de áreas urbanas, rurais e costeiras em resultado da sistemática acumulação de lixos, resíduos sólidos e materiais poluentes que deterioram o Ambiente e agravam os problemas de saúde pública e de bem-estar das populações locais, sobretudo quando perspectivados no longo prazo, pondo em causa a dimensão da sustentabilidade. O pro-

blema da acumulação de lixos em meio urbano, rural e costeiro, independentemente de se tratar de áreas protegidas, tem sido agravado ano após ano na maioria dos países africanos, e em particular nas regiões insulares, já que a recolha e o tratamento adequado não parecem ser prioridades. Na verdade, a ausência de informação e de meios técnicos adequados para a recolha e o tratamento de detritos tem sido um elemento comum a todos os casos analisados, procedendo-se à limpeza de espaços comuns com um carácter pontual e apenas quando as necessidades se revelam prementes pelo excesso de acumulação.

A situação dos lixos e resíduos promove de forma directa um agravamento das condições de salubridade, em particular durante os períodos de chuvas, realçando problemas de saúde pública que afectam grupos comunitários vulneráveis, além de promover a emergência de desequilíbrios ambientais com a consequente degradação dos ecossistemas. Por outro lado, a acumulação e o não tratamento de resíduos sólidos não biodegradáveis representa uma ameaça para a conservação de algumas espécies, em particular em meio costeiro e marinho, como são os casos das tartarugas marinhas (em praias de desova ou em mar), dos golfinhos e das baleias (em mar).

Independentemente da região insular considerada tem sido possível identificar situações diferenciadas em que ocorre lançamento com acumulação de resíduos sólidos e materiais poluentes em áreas naturais ou urbanas comuns, sem que se verifique uma preocupação criteriosa com a separação e o tratamento adequado destes materiais. As técnicas utilizadas para o tratamento de lixos continuam a ser as tradicionais e ancestralmente utilizadas pelas comunidades e que consistem na criação de aterros com perfuração do solo e cobertura com terra ou a queimada indiferenciada de materiais. No caso, qualquer uma destas técnicas é promotora de agravamentos do estado ambiental por serem poluidoras e geradoras de degradação dos ecossistemas, em particular dos que apresentam fragilidades. O problema da limpeza de áreas urbanas, rurais e costeiras é comum a todos os territórios insulares, com particular agravamento nas zonas de maior densidade populacional como são as capitais regionais e nacionais, e as zonas peri-urbanas.

Nestas regiões insulares, a concepção da limpeza e da reciclagem tem vindo a ser progressivamente introduzida, se bem que de forma diferenciada e com resultados distintos. Contudo, e apesar dos esforços encetados por diferentes entidades envolvidas, continua ainda a ser prevalecente a ideia de que limpar é “tirar de dentro da casa e pôr o sujo da porta para fora” (História de Vida, Guiné-Bissau), sem a consciência de que o problema se mantém sem resolução efectiva e consistente. O princípio subjacente a afirmações como a citada remete a análise para dois pressupostos que se interrelacionam. Por um lado, e de forma imediata, a indisponibilidade de informação adequada no que respeita à recolha e tratamento de resíduos sólidos por parte das famílias que, na vida quotidiana, solucionam o problema

através de técnicas tradicionalmente utilizadas. Por outro lado, a inexistência de programas adequados e sistemáticos, com um carácter regular, de âmbito nacional, regional e local de limpeza de espaços comuns, que prevejam a reciclagem e a reutilização de materiais.

Conclusões

Nas três regiões insulares em estudo, a ligação entre as formas de vida das comunidades locais e o Ambiente é directa e intensa, já que as famílias dependem dos recursos naturais para subsistência, neles encontrando alternativas imediatas viáveis, formais e informais. A um nível imediatista da análise, pode considerar-se que se trata de populações que, em geral, contribuem de forma directa para a exploração e a degradação de elementos ambientais, reconhecendo-lhes espontaneamente um atributo utilitarista mas não lhes identificando uma importância intrínseca.

A imagem que cada indivíduo faz do Ambiente, incluindo recursos de fauna e de flora, marinhos, costeiros e florestais, mas também paisagens e espaços protegidos, é criada e construída, podendo ser fundamentada em elementos culturais dominantes a nível comunitário, já que contribui para o reforço identitário. Para a construção e manutenção das identidades socioculturais locais, os grupos comunitários valorizam elementos simbólicos, fomentam a reprodução cíclica de práticas culturais e reforçam representações sociais direccionadas.

A situação ambiental na África insular, seja de preservação ou de degradação, depende em grande medida da forma como as comunidades concebem o Ambiente, bem como das representações socioculturais que têm em relação a determinados recursos.

Bibliografia

- DIEGUES, A. C. S. (1996). Ecologia humana e planeamento em águas costeiras. São Paulo, NUPAUB
- FAHLMAN, Asa (2002). African grey parrot conservation: a feasibility evaluation of developing a local conservation program in Principe. Uppsala Universitet, Minor Field Study 84, Sweden, December
- GUIMARÃES, R.; TOMAZELLO, M. (2003). A formação universitária para o meio ambiente: educação para a sustentabilidade in Ambiente e Educação, v. 8, Rio Grande
- PEDRINI, Alexandre (2006). Educação Ambiental para o Desenvolvimento ou Sociedade Sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina. Educação Ambiental em Acção, nº 17 (ISSN 1678-0701)
- SAUVÉ, Lucie (2005). “Educação Ambiental: possibilidades e limitações”, Educação e Pesquisa, v. 31, nº 2, Maio-Agosto: 317-22
- TINIGUENA (2003). Plan de gestion de la zone côtière des îles Urok 2004-2008. Réserve de Biosphère de l'archipel de Bolama-Bijagos. Guinée-Bissau
- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2004). Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde. Direcção Geral do Ambiente